

Calvin Da Cas Furtado¹

EXISTÊNCIAS-RELÂMPAGO:
NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE O MORRER
NO MUNDO DA RUA

FLASH EXISTENCES:
ETHNOGRAPHIC NOTES ON DYING IN THE
HOMELESS

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

RESUMO

procuro refletir, no presente artigo, sobre os processos do morrer a partir do universo de relações sociais da população em situação de rua. Apresento três casos de morte que acompanhei durante o trabalho de campo e repercuto estes acontecimentos tomando como base as ideias que Michel Foucault (2010b) apresenta no texto *A vida dos homens infames*. Discorro sobre algumas experiências compartilhadas junto às pessoas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e chamo a atenção para o episódio que inaugura esta articulação política no Brasil: o massacre da Praça da Sé.

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; necropolítica; invisibilidade social; luto.

ABSTRACT

I try to reflect, in this article, on the processes of dying from the universe of social relations of the homeless people. I present three cases of death that I followed during the fieldwork and reflect these events based on the ideas that Michel Foucault (2010b) presents in the text *The life of infamous men*. I talk about some experiences shared with the people of the Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) and I call attention to the episode that inaugurates this political articulation in Brazil: the massacre at Praça da Sé.

KEYWORDS: homeless people; necropolitics; social invisibility; mourning.

Este texto integra parte de uma pesquisa etnográfica que se propôs a discutir a população em situação de rua a partir dos atravessamentos com as relações de poder, a vida e a morte através dos processos e práticas que compõe o morrer para este público específico. Instigado pelas reflexões do pensador Achille Mbembe (2017; 2018) sobre necropolítica, reflito sobre o quanto as relações de soberania – fazer morrer, deixar viver ou expor à morte – evidenciam um processo de morrer exclusivo e socialmente diferenciado para a população em situação de rua. A partir da discussão sobre precariedade apresentada por Judith Butler (2017), destaco o processo de luta política por reconhecimento social encampado pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) a partir da categoria do luto. Através desta experiência etnográfica, exploro a noção de *existências-relâmpago*, elaborada por Michel Foucault (2010b), quando descrevo as narrativas sobre três mortes de pessoas em situação de rua em Porto Alegre e detalho um processo de repercussão destas mortes que foi mobilizado por este movimento social a partir de 2017.

De acordo com o modo como as mortes da população em situação de rua são processadas burocraticamente, as práticas empreendidas neste processo realçam um caráter de diferenciação. Estes corpos, geralmente encaminhados para os sepultamentos gratuitos, são classificados como “óbitos não comercializáveis” e são inumados em covas de decomposição rápida durante o período de três anos. Em seguida, os restos mortais removidos para os ossuários comuns, onde não mais é feita a separação dentre as ossadas, produzindo uma experiência de morte que remete a uma noção de apagamento e esquecimento social. Em um contato com o Padre Júlio Lancellotti¹, ao longo da realização da pesquisa, este me confidenciou que pode constatar tal situação quando procurava a produção de um memorial para as vítimas do massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo, no ano de 2004 no cemitério de Perus, onde pessoalmente celebrara o velório. Quando retornou, passados alguns anos, já não era mais possível saber o paradeiro de uma das cinco vítimas sepultadas ali.

Retornando ao tratamento que diferencia este processo de morrer socialmente diferenciado está na questão envolvendo os velórios: esta passagem não envolve rito ou cerimônia fúnebre e estas covas não trazem qualquer referência à memória dos sujeitos ali sepultados, sendo dispostos sobre as cruces apenas alguns números. É a partir de uma paisagem composta por cruces e números padronizados que podemos refletir como a invisibilidade social acaba por se reproduzir da vida para a morte de modo a se perpetuar a partir dos processos do morrer. A precariedade que se transfere da vida invisível para um morrer marcado pela obliteração resulta, enfim, num silenciamento definitivo, um apagamento e um esquecimento último, um desaparecimento de onde não existe mais possibilidade, uma vez que este processamento do morrer oculta sobretudo a identidade justamente dos corpos que em vida experimentaram o anonimato.

Portanto, este processo de obliteração da morte complementa uma noção de que a invisibilidade social representa também um morrer ao longo da vida, que

¹ Entrevista presencial realizado com o Padre Júlio Lancellotti no dia 27 de agosto de 2019, na Paróquia Arcanjo São Miguel.

ocorre a partir da gradual erosão da cidadania e autoestima, o que situa o mundo da rua enquanto um lócus diferenciado para pensar justamente estas clivagens das relações de poder diante do viver e do morrer; sobretudo, neste caso, as que se realçam esta especificidade deste processo de morrer outro. Assumo a premissa de que as condições de possibilidades que tornam singular esta forma de existir e habitar o mundo dos vivos também estruturam as relações de poder que se transferem da vida para a morte. Esta transferência das relações de poder da morte social para a morte biológica, em uma confluência entre processos de invisibilidade social, evidencia que se pode assimilar este morrer socialmente diferenciado – aquele marcado pela obliteração da morte – a partir das práticas e moralidades que constituem o nosso próprio modo de apreender o fenômeno da situação de rua.

PRECARIEDADE E NECROPOLÍTICA

Proponho enquadrar o fenômeno da população de rua no Brasil a partir de uma dupla analítica que está amparada nas reflexões de Judith Butler (2017) sobre vida precária e vida passível de luto e no conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2017; 2018), que evoca a experiência de um *devir-negro do mundo* no contexto do neoliberalismo. Pretendo situar o mundo da rua enquanto um lócus de enunciação de um necropoder que ali se manifesta – o que envolve se ater a dimensão da soberania, que envolve o fazer morrer, o deixar viver ou o expor à morte de maneira politicamente induzida. Sugiro que este direito de morte, de dar ou retirar a vida, de negligenciá-la e expô-la, enfim, deva ser entendido como sendo parte de um domínio das relações que compõe a soberania, que trago para o debate a partir de três narrativas de *existências-relâmpago* – aquelas vidas cujo ponto alto fora justamente o momento de embate contra um poder que não quis senão aniquilá-las, anulá-las, apagá-las (Foucault, 2010b).

Este texto, uma reunião de notas etnográficas e apontamentos teórico-analíticos, persegue a possibilidade de mirarmos através das fendas da soberania enquadrando os processos do morrer no mundo da rua a partir de três homicídios de pessoa em situação de rua registrados em Porto Alegre, entre os meses de março e maio de 2017.

Remeto a noção de *existências-relâmpago* (Foucault, 2010b) para me referir as derradeiras narrativas que encerraram as vidas de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria², cujo embate entre o terror, o drama e o real serão descritos, a partir das sínteses terríveis que produziram e foram produto, respectivamente, como o homem alvejado, o homem espancando e a mulher estrangulada. Trajetórias cuja característica determinante foi a luta particular que travaram contra o poder. É justamente a partir destes ruídos provocados pelo choque com o poder que Foucault nos sugere a pesquisa sobre *a vida dos homens infames* de outros tempos e lugares, a partir do entendimento de que estas narrativas acionam fragmentos das realidades às quais

² Nome fictício; sigo aqui a opção realizada na versão final da versão final de minha tese de doutorado em antropologia social, na qual optei por preservar esta identidade em específico.

fizeram parte, evidenciando uma dramaturgia cruel do real.

Na sua analítica, a filósofa Judith Butler (2017) faz uma distinção entre as noções de apreensão e reconhecimento da vida, quando entende que sem a condição de ser passível de luto, não há vida – “ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (BUTLER, 2017, p. 33). A partir desta premissa, a autora entende como um pressuposto indissociável à toda vida que importa a possibilidade desta vida ser passível de luto. Seriam as vidas de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria passíveis de luto? Esta é uma questão interessante de se ter em mente, antes mesmo que nos deter às narrativas que abreviaram as suas existências no nosso mundo.

Butler (2017) argumenta que uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva - isto é, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2017, p.17). Logo, conclui Butler (2017), a condição de ser enlutada é o que precede e torna possível a apreensão da vida precária, cuja noção de precariedade que a envolve é, sobretudo, as condições sociais e políticas.

Esta dinâmica de precariedade reside, portanto, na constatação de que, para uma vida ser considerada vivível, ela requer uma manutenção que está diretamente ligada a estas condições sociais e políticas.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (...) Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro (BUTLER, 2017, p. 30-31)

A relação de precariedade, neste sentido, é relevante enquanto critério de inteligibilidade para toda a vida apreendida como viva, uma vez que a própria vida não depende apenas de um impulso inato para viver, mas exige condições sociais e políticas que a possibilite – de um poder que faça viver e que haja no “como da vida” (Foucault, 2008a). Nos importa entender que a precariedade, à medida que pressupõe estas condições sociais e políticas, pode ser induzida e distribuída de modo diferencial: “aqueles cujas vidas não são consideradas lamentáveis são obrigados a conviver com uma exposição diferenciada à violência e à morte” (Butler, 2017, p. 45-46). Este entendimento sobre a precariedade, isto é, de que as condições sociais e políticas detêm esta capacidade de discriminação e segmentação da vida, é central para esta discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua.

De modo complementar, para partirmos à discussão sobre necropolítica de Achille Mbembe (2017; 2018), temos que ter em mente o conceito de biopoder de Michel Foucault (1977, 1985, 2001, 2008a, 2008b, 2010a). Este trabalho foi uma fonte de inspiração para Mbembe especialmente porque privilegia a questão da hierarquização e segmentação do tecido social a partir de um processo de racialização dos corpos, um racismo de Estado, que funciona enquanto tecnologia de governo. A abordagem de Foucault sobre o biopoder situa a raça enquanto a condição de aceitabilidade da condenação à morte em uma sociedade de normalização, a partir de uma relação de tipo guerreira que autoriza a morte como estratégia para permanecer vivo (Foucault, 2010a).

Foucault desenvolveu uma problematização do biopoder, o poder que governa a vida, quando situou a morte como a extremidade das relações de poder. Deste modo, a partir do século XVIII, apontou para uma transição de um poder soberano, que fazia morrer e deixava viver para um poder de regulamentação da vida, que faz viver e deixa morrer. Nas suas reflexões, procurou enquadrar a emergência de uma “arte de governar” que situava a população como alvo e os dispositivos de segurança os mecanismos essenciais, amplamente capilarizadas na sociedade. A relação de soberania aparece nas duas faces do biopoder, tanto nos controles sobre os corpos através da disciplina (anatomopolítica), quanto no controle da espécie a partir do governo da vida (biopolítica). A hierarquização e segmentação da vida prioriza justamente aquela vida ajustável à lógica capitalista e produz - a partir dos mecanismos da soberania, da disciplina e da burocracia - os corpos disciplinados, docilizados, submissos e, em última análise, úteis e desejáveis em detrimento da vida que é descartável.

Fiduciário desta abordagem, Mbembe (2017), por sua vez, argumenta que o que se entende por “Estado de raça” corresponde a um estado de degradação da natureza ontológica – por ser justamente a noção de “raça” o que permitiria classificar as humanidades não-europeias como se fossem um ser menor, especialmente quando o autor pensa o biopoder a partir das dimensões da modernidade e da colonialidade (Mbembe, 2017, p. 39). Em linhas gerais, a interpretação biológica a partir da noção de raça é o que inventa o “Negro” no mundo ocidental sendo a *razão negra* tanto um conjunto de discursos quanto de práticas que fazem acontecer o “Negro” (Mbembe, 2017, p. 58).

O que é central para a discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua é o fato de o autor entender que o que este nome “Negro”, fundado na relação colonial, assume, no neoliberalismo, “um novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *dever-negro do mundo*” (MBEMBE, 2017, p. 18).

As vidas que experimentam o *dever-negro do mundo* são aquelas vidas que nada mais resta senão a luta para escapar à morte. De acordo com o autor, este período que nos é contemporâneo demarca, por consequência, uma transnacionalização da condição que o termo “Negro” remete, independentemente da questão fenotípica, ao que o autor nomeou de *os novos condenados da Terra*, em

referência direta à Franz Fanon (1968), outro autor central para o seu pensamento.

São aqueles a quem é recusado o direito a ter direitos, aqueles que, segundo se pensa, não se devem manifestar, os condenados a viver em toda espécie de estruturas de reclusão – os campos de concentração, as prisões de passagem, os milhares de lugares de detenção espalhados pelos nossos espaços jurídicos e policiais. São os rechaçados, os deportados, os expulsos, os clandestinos e outros “sem papéis” – esses intrusos e essas escória da nossa humanidade que nos apressamos a despachar, porque achamos que, entre eles e nós, nada há que valha a pena ser salvo, uma vez que eles prejudicam imenso a nossa vida, a nossa saúde, o nosso bem-estar. Os novos “condenados da Terra” são o resultado de um brutal trabalho de controle e de seleção cujos pressupostos raciais são bem conhecidos. (MBEMBE, 2017, p. 296)

Para Mbembe (2018), na economia do biopoder, portanto, “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18). Discorre Mbembe que, em um contexto que deriva de uma bioeconomia colonial, cuja ordem estava assentada na estatização do biológico, quando se subdividiu a humanidade em espécies e subespécies, esta experiência do capitalismo racial pode ser sintetizada como sendo uma vasta necrópole. Ao refletir sobre modernidade e colonialismo, Mbembe (2017; 2018) argumenta que, para grande parte da humanidade, o processo histórico foi um processo de habituação à morte do outro. A categoria da raça, portanto, representa tanto uma tecnologia de governo como uma ideologia e o seu correlato, o “Negro”, está ligado a história do capitalismo como uma figura exemplar de uma violência e precariedade sem limites: o escravo (Mbembe, 2017, p. 299).

Influenciado pelas reflexões destes autores, proponho que situemos o fenômeno da população em situação de rua no Brasil nos marcos do *devir-negro do mundo* de Mbembe. A seguir, no contexto de pensar as relações de poder nos atravessamentos entre a vida e a morte, apresento a mobilização política da categoria luto desde a narrativa sobre a fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), no ano de 2004, a partir do advento de um massacre. Também detalho o processo de repercussão política encampado pelo movimento social no casos do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada, de modo a tensionar tanto a noção de um massacre continuado quanto a da repacutuação da militância política a partir destas novas mortes.

DO LUTO À LUTA: OS ECOS DE UM MASSACRE

A origem da organização política do MNPR possui um ato fundacional conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido no município de São Paulo, em agosto de 2004. Sete pessoas foram mortas e outras nove foram gravemente feridas com golpes na cabeça enquanto dormiam. Demarcar esta narrativa que situa um acontecimento marcado pela brutalidade enquanto pedra fundamental para a mobilização deste movimento social é relevante para pensarmos a partir de uma perspectiva antropológica esta articulação entre a o luto e a mobilização

e inscrição política da população em situação de rua, bem como, da situação de rua com um processo de morrer socialmente diferenciado

À época, o massacre, que recebeu uma ampla cobertura dos veículos de comunicação social, gerou comoção nacional e foi um marco para a mobilização daqueles sujeitos que fundamentalmente faziam das ruas um espaço de moradia e sociabilidade. O terror e o drama que o episódio reúne, estando as vítimas indefesas, atacadas com golpes na cabeça enquanto dormiam nas calçadas, provocou um choque na sociedade brasileira, posto que foi possível este novo movimento social emergir e rapidamente ascender à agenda governamental.

Fundado durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em setembro de 2005, em Belo Horizonte, o MNPR conseguiu o compromisso do Governo Federal em criar uma política pública que atendesse a população em situação de rua no Brasil a partir das mobilizações que se seguiram ao episódio do massacre. A fundação deste movimento social tem origem, especialmente, a partir de uma sucessão de atos públicos, que a partir do simbólico e do lúdico, passaram a dramatizar uma realidade brutal marcada pela exposição diferenciada à violência e à morte. Neste sentido, a articulação do movimento social e o ativismo promovido conseguiu se fazer perceber especialmente a partir dos direitos humanos. Em 2006, um decreto presidencial determinou que o assunto fosse estudado entre os ministérios. Pela mesma via, um decreto presidencial, em 2009, foi anunciada a Política Nacional para a População de Rua (2009a).

Conforme descreveu De Lucca (2016), o massacre da Praça da Sé permitiu a realização de diversos atos públicos de caráter político, que promoviam os velórios de corpos ausentes, propondo uma ressignificação do crime hediondo enquanto um clamor por justiça aos vivos que permaneciam em condição semelhante. Esta mobilização dos signos cristãos está diretamente ligada ao vínculo da população em situação de rua com entidades religiosas, especialmente como a Pastoral do Povo da Rua. Em São Paulo, o histórico de organização da população em situação de rua remete aos anos finais da década de 1970, a partir do trabalho pioneiro que a Organização do Auxílio Fraternal desenvolveu com a crescente população que se aglomerava nas regiões centrais da cidade (Castelvecchi, 1982). Uma experiência relevante de ser destacada foi a partir deste trabalho social, religioso e político foi fundação da Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), que organizou parte destas pessoas enquanto trabalhadores. Entre outras iniciativas, a partir dos anos 1990, a organização passou a promover a atividade do Dia de Luta da População de Rua, em um contexto em que atividade da catação era cada vez mais alvo da intervenção do governo municipal (Domingues Junior, 2003; De Lucca, 2007).

As intervenções públicas do MNPR envolveram procissões, missas, o acendimento de velas nos locais das agressões em referência ao luto. A construção deste movimento social, tão logo fundado e já integrado em um processo de discussão sobre a construção de uma política pública para a população em situação de rua, possibilitou eclosão de novas subjetividades no debate público

sobre a temática, o que ofereceu voz ativa àqueles que possuíam a trajetória de rua como um marcador identitário.

Esta mobilização política através do luto funcionou para a manutenção de um senso de que as vítimas do massacre serviriam para evitar que outras vidas fossem exterminadas daquela maneira cruel. O luto que derivou do massacre da Praça da Sé, portanto, a partir de todo um apelo simbólico às circunstâncias em que ocorreu, transferiu potência àquela luta política emergente e o recém fundado MNPR passaria a promover os “atos pela vida” no dia 19 de agosto de cada ano subsequente, como forma de recordar o terrível acontecimento e potencializar a luta política através do apelo ao luto. Promoveram-se passeatas que chegaram a reunir mais de cinco mil pessoas no centro de São Paulo.

Nos atos públicos que acompanhei no centro da cidade e que se desdobraram no decorrer dos primeiros seis anos após o acontecimento, os participantes caminhavam em cortejo pelos locais nos quais as vítimas foram atacadas. Nestes pontos faziam-se orações coletivas, deixavam-se flores e velas acesas, numa espécie de velório de corpos ausentes. A esses elementos juntavam-se lamentos fúnebres, panos e trajes negros. E neste momento a memória dos mortos era evocada, falavam seus nomes e o pouco que se sabia a seu respeito. Os signos cristãos que compunham estes rituais reforçavam o luto e a dor (...) Após o primeiro ano, a data do dia 19 de agosto, tornara-se uma referência e passara, desde então, a integrar o calendário de lutas da população em situação de rua não só “contra a impunidade dos crimes”, mas também como um momento estratégico para se dar mais visibilidade e discutir sobre “melhores políticas públicas”. Por isso, as manifestações denunciavam não só o fato das violentas mortes permanecerem inconclusas e inexplicáveis para os vivos, mas também explicitavam e expunham as dores e sofrimentos daqueles que permaneciam vivendo nas ruas. (DE LUCCA, 2016, p. 30-31)

Melo (2011; 2017) destacou que o dia 19 de agosto foi oficializado como a data o Dia de Luta da População em Situação de Rua no Brasil, em memória dessas pessoas e como forma de reivindicar justiça e visibilidade, demarcando assim uma narrativa fundacional ao MNPR. A luta por visibilidade, portanto, é central para pensarmos esta categoria social, uma vez que se observa na invisibilidade social um paradigma a partir da constatação da sua reprodutibilidade da realidade social para os números. Foi neste contexto de promoção dos direitos da população em situação de rua no Brasil, que se deu a partir do massacre da Praça da Sé, quando se verificou a necessidade de alcançar este contingente da população à margem do Estado e das políticas públicas. Se percebeu o fato de que os invisíveis da sociedade só eram invisíveis porque antes eram incontáveis: praticamente não haviam registros socioeconômicos ou de estimativa demográfica desta população marcada por diversos estigmas e estereótipos.

O fato de o Brasil não possuir dados oficiais sobre população em situação de rua é decisivo porque interfere em todo o ciclo das políticas públicas, desde a formação da agenda pública até, e especialmente, o processo de implementação, o que produz um efeito de reprodução da invisibilidade social deste contingente populacional no acesso às políticas sociais (NATALINO, 2016). Esta reivindicação por uma contagem oficial é simbólica e histórica e remete à funda-

ção do MNPR. Na época das primeiras consultas sobre a temática, era consenso entre os governantes e especialistas sobre a dificuldade de intervenção devido à ausência de informações, dados oficiais, o que inviabilizava quaisquer esforços e contribuía para a reprodução da já constatada invisibilidade social ao nível das políticas públicas.

Tanto o relatório sobre as atividades do 1º Encontro Nacional da População de Rua, realizado em 2005 (Brasil, 2006), quanto os dados oficiais do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (Brasil, 2009b) são documentos importantes para este entendimento. Este levantamento, lançado em 2009, apontou uma população em situação de rua de 31.922 – exceptuando-se as capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo – enquanto o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) estimou, em 2016, 101.854; número que saltou para 221.289 em 2020 a partir de uma mudança de metodologia do cálculo que passou a levar em conta informações constantes no Cadastro Único (CadÚnico). A estimativa do IPEA trouxe um aumento de 140% entre os anos de 2012 e 2020.

A inclusão da população em situação de rua como foco da atenção governamental, portanto, pode ser entendida a partir de um viés que enquadra um esforço de ruptura com a invisibilidade social, que se traduz justamente na ausência de registros oficiais sistemáticos sobre as condições e os modos de vida, os perfis socioeconômicos, as necessidades e os problemas enfrentados por quem experimenta esta condição. A não inclusão da população em situação de rua no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a judicialização desta questão pela Defensoria Pública da União é o maior exemplo disto.

Neste sentido, como sugeriu Schuch (2015), vale situar estes documentos do encontro e do censo como enquanto instrumentos técnicos de produção de legibilidade - isto é, modalidades de tornar legível esta população aos olhos do Estado. Ela considera os processos de produção de legibilidade estatal tanto uma forma de o Estado produzir os seus próprios mapas abreviados, quanto de possibilidade de assimilação política de populações, onde novas inscrições políticas são efetivadas. No contexto do debate sobre a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas, Schuch (2015) enquadrou os instrumentos censitários enquanto técnicas de governo que são capazes de inscrever uma temática nos cenários da atenção pública e promover o reconhecimento político à medida em que inscreve politicamente as categorias para a atenção das políticas governamentais.

Portanto, restar frisar que a luta política do MNPR, que emerge do massacre da Praça da Sé, possui como primeira grande causa a visibilidade. Se fazer visível, em alguma medida, passa por comprovar a humanidade e o estatuto de pessoa justamente porque mobiliza os sentidos de apreensão e reconhecimento destacados por Butler (2017).

DIAS DE LUTA

Ao longo do trabalho etnográfico, pude acompanhar a passagem do Dia de Luta da População em Situação de Rua em algumas ocasiões. Destaco duas delas. A primeira, em 2018, quando acompanhei um grupo de militantes e apoiadores do MNPR-RS, que estavam reunidos em uma praça no centro de Porto Alegre. Houve uma mística antes de partirmos em passeata pela Avenida Borges de Medeiros, quando os militantes mais antigos do movimento social lembraram que a passagem daquele ato era um momento de articular o luto com a luta política. Em memória aos mortos no massacre da Praça da Sé e também de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, assassinados em 2017, as lideranças entoavam os nomes, ao passo que os demais faziam coro e exclamavam: “presente”.

Em 2019, estive em Brasília quando o movimento social realizou uma marcha e uma audiência pública na Câmara Federal para marcar a passagem do 19 de agosto em uma mobilização nacional, que reuniu os representantes de 16 estados brasileiros. Na ocasião, foi lançada oficialmente uma Frente Parlamentar em defesa da população em situação de rua integrada por deputados federais. Viajamos de Porto Alegre até lá em um grupo de oito pessoas, seis deles em situação ou trajetória de rua, em uma epopeia rodoviária que durou 36 horas. Ficamos acampados no Parque da Cidade junto às outras delegações ao longo de três dias de atividades. Dormíamos em papelões improvisados no chão.

Foi neste contexto que conheci Sebastião, 52 anos, um homem negro, alto, magro, com cabelos e barbas brancas, de olhar marejado e perdido no horizonte. Era o primeiro sobrevivente do massacre da Praça da Sé que tive contato. Durante a Marcha da População em Situação de Rua, ouvi ele falar no carro de som enquanto um dos fundadores do MNPR. Solícito ao contato, Sebastião e eu nos afastamos um pouco e sentamos próximo a uma escadaria na lateral do espaço do Parque da Cidade. Conversamos enquanto observávamos o movimento das pessoas no ir e vir entre o espaço dos banheiros e a banca improvisada que oferecia o café da manhã. Cerca de duzentas pessoas estavam acampadas no local.

Sebastião falou³ que as pessoas que vivem nas ruas estão permanentemente em estado de alerta. Quando dormem, o fazem com “com um olho aberto e outro fechado”, como disse. Contudo, naquela noite em São Paulo, algo “impensável”, “inimaginável” aconteceria: a calmaria da noite seria irrompida com gritos, correria e o latir dos cães que acompanhavam algumas pessoas pernoitavam nos arredores da Praça da Sé. Em alguns minutos, Sebastião entendeu o que sucedia: as pessoas que dormiam estavam sendo atacadas com golpes na cabeça por pelo menos quatro elementos avistados por ele.

Eu tenho detalhes que infelizmente, não é covardia, mas eu guardo só pra mim. A testemunha que se dispôs a época a falar, ajudar a resolver o caso, ela também foi assassinada a tiros por policiais. Tem coisas que a gente acaba guardando e tem muita gente assim como eu que poderia contribuir muito para solucionar este caso, se a gente

³ Entrevista presencial com Sebastião, realizada no dia 22 de agosto de 2019, em Brasília, durante atividades do Dia de Luta da População Em Situação de Rua promovido pelo MNPR.

soubesse que haveria o interesse em solucionar este caso, mas a gente sabe que não tem. A gente vai acabar depondo, testemunhando para pessoas que só querem saber o nosso endereço para nos matar depois (ENTREVISTA COM SEBASTIÃO, 22/08/2019)

Sebastião entende que o clamor por justiça que se originou neste episódio se deu porque não havia como esconder o aparecimento de tantos corpos, com as mesmas características de agressão, em diferentes pontos do centro de São Paulo. Em seu raciocínio, uma possível motivação para este crime hediondo seria afastar as pessoas em situação de rua da região do centro, o que seria do interesse dos comerciantes da região, que contratavam os serviços de seguranças particulares.

Entretanto, com a formação do movimento social e a luta política que encampou, deu-se o oposto: “essa indignação, essa revolta, essa dor foi o que provocou e acabou impulsionando a gente para se organizar em movimento, isso foi acontecendo, fomos se juntando pra lutar pela defesa dos direitos da população em situação de rua”, contou.

Encorajado pela conversa, perguntei-lhe o que acontecera no cemitério de Perus, durante o velório coletivo de cinco das vítimas fatais do massacre da Praça da Sé.

É uma imagem que guardo com muito peso, assim, esse negócio do massacre da Praça da Sé me atrapalha até hoje por questão de trabalho, de tocar uma vida normal. Eu não consigo, eu tô sempre perdendo oportunidades, deixando as coisas paradas pelo meio do caminho, isso afetou também relacionamentos financeiro, afetivo, espiritual. Tudo. E ali, entre aqueles caixões ali, e eram caixões de papelão, eu olhando aquelas pessoas, algumas tinham umas manchas roxas das pancadas, já estavam há algum tempo na geladeira, mas havia um caixão que tinha somente uma plaquinha, um papelãozinho escrito lá ‘desconhecido’. E aquilo ali foi muito gritante para a gente. O Padre Júlio, que estava fazendo essa missa de corpo presente, até tentou identificar a pessoa, surgiram alguns nomes das pessoas que diziam ‘é fulano’, ‘é beltrano’. Como não houve a confirmação precisa por documentos ou familiares, então, esta pessoa teve que ficar como desconhecida, porque ele estava como indigente e foi sepultado dessa forma. Isso foi muito chato para a gente, muito triste. Tanto é que o que a gente imaginava aconteceu, há um ano atrás o Padre Júlio pode constatar que essa pessoa já não existia mais lá, nos registros (do cemitério de Perus) de que foi sepultada no massacre da Praça da Sé. Constava as outras quatro, mas essa pessoa além de ser sepultada como indigente ela deixou de existir ali enquanto registro do cemitério. Não existe esse túmulo lá, não existe a possibilidade. (ENTREVISTA COM SEBASTIÃO, 22/08/2019)

Pude confirmar esta informação com o Padre Júlio Lancelotti, de que estas ossadas das vítimas do massacre da Praça da Sé já não estavam mais onde foram dispostas naquele cemitério. Provavelmente, como nenhuma parentela reclamou os restos mortais, estes foram transportados para um ossuário, em um procedimento usual na gestão dos cemitérios. Este caso, que poderíamos chamar como a quinta vítima do massacre da Praça da Sé, um dos corpos “desconhecidos”, reforça esta noção de obliteração da morte ao qual tenho sublinhado - que por sua vez está ancorada nos atravessamentos da invisibilidade social e, conseqüentemente, nos seus efeitos de reprodutibilidade e continuísmo na vida e para além da morte.

PODER, VIDA E MORTE

Retorno a uma observação de De Lucca (2016), que acompanhou as primeiras mobilizações que sucederam o massacre da Praça da Sé em São Paulo. Para ele, “o que figura como problema público são as vidas e não as mortes de rua; enquanto as segundas são toleradas as primeiras não” (DE LUCCA, 2016, p. 38-39). O massacre da Praça da Sé e as origens do MNPR também foram registrados em outros trabalhos etnográficos, como os de Kasper (2006), Melo (2017) e Lemões (2017).

A centralidade da questão do morrer para o entendimento do fenômeno da situação de rua foi evidenciada por Kasper (2006), quando sugeriu que “existe uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua” (KASPER, 2006, p. 193). De massacre em massacre, entre os crimes e as mortes de todos os dias, se revela um extermínio silencioso e permanente.

A partir do contexto de reprodutibilidade da invisibilidade social, proponho a reflexão a partir desta noção de transferência das relações de poder da vida para a morte. Esta vítima do massacre sepultada como indigente devido ao anonimato – o corpo “desconhecido” -, já removida da cova de decomposição rápida e de paradeiro desconhecido parece ser a síntese deste processo deste processo de obliteração da morte que pressupõe um morrer socialmente diferenciado. A forma como as mortes da população em situação de rua são processadas burocraticamente realçam este caráter de diferenciação, a partir das clivagens da invisibilidade social, à medida em que friso esta noção de obliteração da morte que marca o processo de morrer dos socialmente invisíveis.

Outras etnografias já nos sugerem esta reprodutibilidade, por exemplo, as ocorreram no contexto do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro (IML-RJ). Neste contexto, Medeiros (2016; 2018) quando se deteve sobre as práticas, burocracias e moralidades neste local, apontou uma continuidade da discriminação durante os processos de gestão das mortes de vítimas da violência a partir das políticas de classificação e controle que, “ao invés de produzir justiça e memória, pautam-se numa política de morte para reproduzir a legitimidade do morrer e do matar” (MEDEIROS, 2018, p. 89). A autora sugeriu que, dada à centralidade da morte nestas rotinas de trabalho, constituía-se um regime necropolítico que, simultaneamente, cartorializava mortes e desumanizava corpos à medida em que, para cada cadáver, há que se construir uma narrativa em um processo de “matar o morto” (MEDEIROS, 2016; 2018). Outra etnografia, realizada por Ferreira (2009), nos arquivos do IML-RJ no período entre 1942 e 1960, refletiu sobre o quanto a burocracia estatal produz “categorizações que geram e perpetuam desigualdades duradouras” (FERREIRA, 2009, p. 159). A autora reflete sobre como a eclosão de corpos a serem retirados das vias públicas - e o processo posterior de identificação da sua “não-identidade” - revelavam e abarcavam informações sobre os uni-

versos sociais aos quais aqueles corpos pertenceram em vida.

Para tocar este limiar das clivagens do poder entre o morrer e o viver, trago a reflexão que Foucault (2010b) propôs sobre a categoria das *existências-relâmpago*, quando se desafiara a pensar uma antologia da infâmia. Ele partiu da exumação do vasto acervo da Biblioteca Nacional, interessando-se por arquivos de internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão para pinçar fragmentos destas vidas marcadas sobretudo pela sua brevidade e violência, encontradas pela força do acaso ao irromper à luz depois de mais de dois séculos de silêncio.

O autor se surpreendeu com a potência daquelas narrativas em recontar, a partir de fragmentos do discurso, os fragmentos da realidade ais quais fizeram parte. Ainda que enxutos, estes textos dos livros de registros, que não possuíam mais do que duas ou três frases, reuniam uma crueza ímpar, um misto de beleza e terror extravasado através da intensidade da violência que atravessavam os relatos.

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele que concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar as suas armadilhas. As falas breves e estridentes vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhe foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós (FOUCAULT, 2010b, p. 208)

Foi a partir desta provocação sobre as *existências-relâmpago*, que funcionam como cenas de dramaturgia que reencenam o real, que pretendi situar o caso do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada. Estas *existências-relâmpago* servem para balançar nosso entendimento sobre o mundo em que vivemos, a partir da temporalidade e da espacialidade que eclodem. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, século XXI.

Resta frisar que somente pude reuni-las a partir dos efeitos de múltiplos acasos, que fazem parte do contexto da minha inserção para a pesquisa etnográfica de acompanhamento das atividades do MNPR-RS. Faço a observação de que as narrativas sobre as *existências-relâmpago* destas pessoas que foram mortas em situação de rua de alguma maneira ecoam um massacre continuado, que tem como símbolo o massacre da Praça da Sé, mas que o antecede e ultrapassa-o. Representam uma insistência daqueles elementos que foram capazes de reunir e organizar um movimento social, constituindo uma luta social por direitos sociais galvanizada através do luto que vai de encontro a esta continuidade de um mas-

sacre que reverbera no tempo do presente. A partir do processo de repercussão das mortes de Paulo Ricardo, Rodrigo e Ana Maria, descrevo como estas foram capazes de articular e repactuar uma militância política a partir da categoria do luto.

O HOMEM ALVEJADO

O caso do homem em situação de rua alvejado por cinco tiros, morto à luz do dia em uma praça no centro de Porto Alegre, nos possibilita retornarmos ao processo de gestão burocrática das mortes das pessoas em situação de rua para depois partirmos para uma reflexão sobre as relações de poder que compõe a soberania no mundo da rua a partir do processo de repercussão do seu luto através da mobilização de um movimento social. Tomo por empréstimo o entendimento de soberania de Mbembe (2018), como os processos que envolvem o fazer morrer, deixar morrer ou expor à morte.

Após o corpo do homem alvejado ficar quase duas semanas refrigerado no departamento médico-legal, mesmo com a identidade já confirmada, por se tratar de morte violenta, a liberação requeria que uma parentela consanguínea solicitasse a liberação do corpo para o sepultamento, o que gerava ainda mais consternação e sensação de impotência diante dos círculos a que fazia parte: o MNPR-RS e o jornal Boca de Rua. Esta demanda por encontrar os parentes de Paulo e reivindicar o corpo para o sepultamento surgiu em uma das primeiras atividades que participei quando decidi acompanhar as atividades deste movimento social, em março de 2017. Por vários fatores e simbolismos, esta morte teria um processo de repercussão a ser destacado, que fazia lembrar em vários sentidos a atuação que o movimento social adotou no contexto do massacre da Praça da Sé.

A gestão de todos os óbitos ocorridos no município de Porto Alegre é realizada por uma Central de Atendimento Funerário (CAF), responsável pela emissão de um documento chamado Guia de Autorização para Liberação e Sepultamento de Corpos (GALSC), obrigatório para o encaminhamento de todos os enterros ou cremações. A etnografia de Andrade Neves (2014) oferece um amplo detalhamento deste processo de gestão do morrer a partir do mercado funerário, revelando um processo social sujeito a controvérsias e definições contraditórias no contexto de um complexo interinstitucional.

A categoria que interessa é a que é classificada burocraticamente como os “óbitos não comercializáveis”, que são os sepultamentos oferecidos gratuitamente pela prefeitura municipal, a partir de um departamento de assistência social que atua presencialmente na CAF. Para esta categoria, como salienta Andrade Neves (2014), a pessoa morta não vivencia procedimentos de criação e manutenção da memória. O tratamento usual para estes casos é o oferecimento do traslado do corpo, de um caixão, um véu que cobre o corpo vestido ou nu, e uma despedida de trinta minutos. Posteriormente, o corpo é depositado em uma paisagem de cruzeiros numeradas, que são as covas de decomposição rápida, que não fazem referência ao nome, imagem ou qualquer informação que ligue o corpo inumado a uma identidade.

O corpo à espera de um familiar era o de Paulo Ricardo, 36 anos, cartunista e repórter do jornal Boca de Rua, militante do MNPR, que cuidava dos automóveis estacionados na Praça da Igreja Matriz. Ele improvisou um acampamento em um dos espaços gradeados da praça e fazia do espaço moradia havia alguns meses até aquela fatídica segunda-feira, dia 20 de março de 2017. Por volta das 17h20min, Paulo Ricardo estava na sua barraca improvisada, a qual fazia de moradia, quando foi surpreendido e alvejado por cinco disparos de arma de fogo. Atingido pelas costas, ele veio a óbito no local.

Com o assassinato, o local que Paulo Ricardo vivia virou uma cena de crime. O barraco de lona plástica onde dormia, o carrinho de supermercado onde guardava os poucos pertences, um colchão, caixotes de madeira, um balde, uma cadeira e a estrutura improvisada de um banco em um tronco de árvore decapado, um espelho e uma mangueira estavam dispostos no espaço gradeado. De uma árvore até a outra, uma corda esticada dava sustentação para alguns lençóis, cobertores e lonas plásticas, que faziam as vezes de paredes. Sobre as grades metálicas, outros cobertores estavam estendidos, assim como uma toalha e uma sacola com o logotipo do jornal Boca de Rua. Jazia ali um corpo de um homem branco, de olhos e cabelos pretos, um metro e setenta centímetros, setenta e três quilos, que fora alvejado ao lado do barraco. Em uma das árvores, uma palmeira imperial, que ficava no espaço gradeado e que servia como base para a estrutura de lonas, sobressaía-se uma bandeira de cor azul do movimento social que o Paulinho, como era conhecido, militava: o MNPR.

A morte de Paulo Ricardo desencadeou uma disputa de narrativas, percepções e moralidades. A política militar tratou de colocar a vítima sobre suspeição - em entrevista oferecida ainda na cena do crime, com o trabalho da perícia ao fundo - ao mencionar um antecedente na sua ficha criminal por posse de entorpecentes, como forma de tornar a execução autoexplicativa, a partir da presunção de vínculo entre Paulo e os atiradores. Sinteticamente, a partir da reprodução de uma linha de investigação que apontava o crime enquanto uma execução, um "acerto de contas", uma "disputa por território entre traficantes", os veículos de comunicação tratavam de desidratar o interesse público do caso vinculando a situação de rua da vítima à criminalidade.

Melo (2017), quando se debruçou sobre a questão das mortes de pessoas em situação de rua, destacou a noção de "presunção de violência endógena". Nas palavras do autor, há uma fórmula que se repete: o fator situação de rua quando atrelado ao consumo de drogas servir para, quando não dar os casos por encerrados, esvaziar o interesse público, tornando os crimes autoexplicativos e legitimando a ação dos agressores.

Quando as mortes são atreladas às insistentes representações sobre a criminalização da população de rua, culmina no que venho me referindo como presunção de violência endógena: forma compulsiva de explicar ou entender determinados atos, presumindo que os perpetradores são sempre pessoas do mesmo grupo da vítima, balizado pelos estigmas do grupo social a que pertencem e que se supõem propensos à violência, degeneração, crime, dentre outros atributos negativos. Frequentemente, o processo culmina na legitimação dos atos enquanto auto evidentes e previsíveis, provocando também indiferença, culpabilização e negação de sua condição de vítima (MELO, 2017, p. 119).

Os militantes e apoiadores do MNPR, assim como os integrantes do jornal Boca de Rua, ficaram descontentes com a forma como Paulinho foi representado. Se mobilizaram para promover um ato e uma vigília para ele na Praça da Matriz. Esta atividade ficou marcada por um protesto em frente ao Tribunal de Justiça e uma homenagem no local onde foi assassinado. Este evento foi divulgado nas redes sociais com o nome: “Luto e luta contra o extermínio da população de rua” (Notas etnográficas, 05/04/2017). No dia do ato, uma exposição das memórias de Paulo Ricardo através de fotografias, desenhos e peças de artesanato por ele produzidas, além de um comprovante de matrícula em uma escola de artes plásticas fora improvisada no espaço gradeado. Este elemento do comprovante de matrícula, que reforçava o vínculo com uma profissão e com a capacitação, desarmava o estereótipo de criminoso que havia sido criado.

O gesto de expor estes materiais representou a reunião de outros vestígios sobre sua vida no lugar onde foi morto, o que serviu por um momento para monumentalizar a existência de Paulinho, um reconhecimento a sua trajetória e manifestação coletiva do luto. Trajando vestes pretas, portando cartazes, as pessoas que participaram da vigília em sua homenagem acenderam “velas da visibilidade” para que sua morte fosse lembrada; para que ele escapasse a dinâmica do “número invisível” – aquela fatídica paisagem de cruzes numeradas.



Ilustração 1: Autor: Calvin Da Cas Furtado. Data da fotografia: 05/04/2017.

Legenda: Pessoas em situação de rua prestam luto em homenagem a Paulo Ricardo e acendem as “velas da visibilidade” no local onde foi assassinado.

O processo de repercussão desta morte permitiu que o MNPR acessasse a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL-RS) e conseguisse a promoção de uma audiência pública – “Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua”. Neste ínterim, entre a solicitação e a realização da atividade, outros dois casos de

assassinato de pessoas em situação de rua ocorridos na região do Centro de Porto Alegre foram denunciados.

O inquérito sobre o assassinato de Paulo Ricardo rendeu três acusações para dois adultos e um menor de idade, que planejaram e executaram o crime. Na investigação, contou que Paulinho recusou uma oferta para vender drogas na praça onde morava para um facção criminosa, desentendendo-se com dois jovens traficantes, que lhe mataram coma a ajuda de um terceiro.

O HOMEM ESPANCADO

Durante uma primeira reunião da CCDH, dias após o ato em homenagem a Paulo Ricardo, quando o MNPR-RS foi convidado a ir até a AL-RS, foi sugerida a realização de uma audiência pública que tratasse a questão do extermínio da população em situação de rua. No encontro, houve a denúncia sobre outro caso de assassinato de uma pessoa em situação de rua.

Uma das integrantes da organização não-governamental que coordena o Jornal Boca de Rua assegurou que outro repórter, um homem negro, havia sido morto, em decorrência de um espancamento.

Este homem negro em situação de rua se chamava Rodrigo e era conhecido por todos como "Pelezinho". Foi espancado e depois veio a óbito em decorrência dos ferimentos que sofreu quando foi agredido por um grupo de torcedores que regressavam de um jogo de futebol. No dia 18 de março de 2017, um sábado, por volta das 20h, após o término de um jogo do Internacional com o São Paulo de Rio Grande, pelo campeonato estadual, ele estava em um semáforo próximo ao local onde vivia, na região da Orla do Gasômetro. Ali vendia os seus exemplares do jornal do Boca de Rua pelas janelas dos ônibus que transportavam os torcedores que retornavam do estádio Beira-Rio em direção a saída da cidade.

Os companheiros de rua que testemunharam o que lhe aconteceu estavam indignados com a covardia. Contaram que quando vendia os jornais no semáforo, algumas pessoas que estavam dentro dos ônibus pegaram alguns e não lhe pagaram o valor de R\$ 2,00. Este impasse se repetiu algumas vezes até que Rodrigo reagiu e jogou uma pedra na lataria de um dos ônibus. Esta pedra arremessada contra a lataria de um ônibus mudaria abruptamente e para sempre o destino de Rodrigo.

O motorista do ônibus parou o veículo e abriu a porta, ao passo que um grupo de torcedores do Internacional desceu e passou a perseguir Rodrigo. Alcançado, sozinho, sem condições de se defender, ele foi espancado com socos e chutes. Nocauteado, atirado ao chão devido as agressões, uma cena ficou para marcada na memória dos companheiros de rua que assistiam a cena sem poder socorrê-lo. Após a primeira onda de agressões, Rodrigo estava sentado e gesticulava para que os agressores parassem, então, um homem lhe bateu na cabeça com um taco de basebol. Depois disso, não acordou mais.

Rodrigo já estava inconsciente, com o corpo jogado ao chão, quando os companheiros se aproximaram e começaram a clamar por socorro. Não havia um telefone para que eles ligassem para uma ambulância. Trouxeram um colchão e deitaram Rodrigo em cima. Um carro dos bombeiros se aproximou, um homem desceu, analisou a situação e chamou a emergência. Neste ínterim, uma viatura da polícia militar também se aproximou. Os policiais militares ouviram o relato dos colegas que socorriam Rodrigo e nada fizeram. Ele foi encaminhado ao hospital. Apresentava sinais vitais, mas permanecia inconsciente. Resistiu por nove dias depois em estado de coma em uma unidade de terapia intensiva até que faleceu, devido as agressões. Sofreu um traumatismo craniano. Assim como os seus algozes, o grupo de jovens brancos, Rodrigo também era torcedor do Internacional.

Um dos companheiros de rua de Rodrigo com quem conversei, disse que esteve no grupo que ficou de localizar e avisar os seus pais, durante o período que esteve hospitalizado em estado de coma. Ele conseguiu encontrar o pai de Rodrigo na zona sul de Porto Alegre. Antes da situação de rua, o homem e Rodrigo eram da mesma comunidade. Contou que o apelido de “Pelezinho” era por causa da habilidade com a bola no pé. O fato de ter localizado os familiares em alguma medida confortava o homem. Apesar de ter se confirmado o óbito do amigo, disse que pelo menos Rodrigo fora enterrado na presença dos familiares, não como um indigente.

O inquérito policial que investiga o assassinato permanece em aberto; isto é, ainda não fora oferecida denúncia sobre os agressores de Rodrigo ao Ministério Público e me foi negado acesso aos documentos.

A MULHER ESTRANGULADA

Durante a audiência pública promovida pela CCDH da AL-RS, que foi divulgada com o nome de “Extermínio, agressões e falta de políticas públicas para o povo da rua”, um terceiro assassinato, desta vez uma mulher negra, encontrada morta dentro de um container de lixo no centro, foi denunciado para uma plateia de mais de duzentas pessoas no dia 24 de maio de 2017.

Ana Maria era uma mulher “preta” e “solteira” residente na “moradora de rua nº 100/casa”, segundo os registros da certidão de óbito e do boletim de ocorrência de quando foi encontrada morta. Morreu de morte violenta aos 29 anos. Seu corpo foi encontrado às 11h40min do dia 24 de abril de 2017, um sábado, dentro de um container de coleta de lixo no Centro de Porto Alegre.

Estava nua, enrolada em uma lona plástica preta com hematomas e escoriações no rosto - próximo aos olhos e aos lábios - com um cadarço de tênis enrolado no pescoço. Próximo ao corpo, estava uma sacola plástica com uma cópia do seu documento de identidade, graças ao qual foi possível a sua rápida identificação. Tinha um metro e cinquenta e cinco centímetros e pesava quarenta e oito quilos. O laudo pericial apontou uma “asfixia mecânica consecutiva a es-

trangulamento” sem sinais de luta ou violência sexual. Confirmou também um sangramento no nariz, a dilatação das pupilas e duas costelas quebradas. No antebraço direito, havia uma tatuagem com a inscrição “mãe, amor eterno” seguida de duas borboletas.

Em abril de 2017, Ana Maria tinha voltado a procurar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que atende jovens e adultos em situação ou trajetória de rua. No dia em que o MNPR foi até a assembleia legislativa para solicitar a realização da audiência pública, Ana Maria estava presente. Naquela ocasião, já apresentava sintomas de confusão e desorientação mental, conforme os relatos de professores e de colegas. Através da escola, foi feito o contato para que uma equipe socioassistencial, que era vinculada a uma organização não-governamental conveniada com a secretaria assistência social da prefeitura municipal, lhe encaminhasse para algum atendimento clínico. Os últimos registros do percurso institucional que Ana Maria foi submetida até ser encontrada morta são esclarecedores quando pensamos certo traço necropolítico do Estado.

Em fevereiro de 2017, ela apareceu em frente à sede desta entidade que presta serviços de assistência social. Apresentava um quadro de desorganização extrema, proferindo xingamentos a pessoas aleatórias que transitavam pela rua, mas também para pessoas imaginárias, deslocando-se no meio da rua, entre os veículos que passavam, colocando-se em risco. Quando foi ouvida por uma equipe de profissionais, Ana Maria alternou momentos de lucidez com momentos de confusão mental, evocando memórias de experiências de vida e lembranças do convívio familiar. Era usuária de drogas, soropositiva, tinha histórico de tuberculose e corria o risco de perder a visão devido ao não tratamento de um herpes ocular.

Ainda no mês de fevereiro de 2017, foi encaminhada para um posto de saúde, que a enviou ao banco de olhos. Lá, Ana Maria foi diagnosticada com ceratite herpética e lhe foram disponibilizados os medicamentos. Cientes de que não havia realizado o tratamento de forma adequada em outra oportunidade, a equipe de acompanhamento lhe falou do risco da perda da visão. Lhe foi sugerido uma internação para tratar dos olhos e foi feita a proposta de que continuaria sendo acompanhada por aquela equipe. Contudo, apesar dos esforços, Ana Maria desapareceu durante todo o mês de março de 2017.

Um novo arranjo para uma internação compulsória de Ana Maria foi realizado entre a escola, equipe de acompanhamento e equipe jurídica da entidade. Após sua interdição, viabilizada através poder judiciário, ela foi internada, no mês de abril, após ser localizada. Foi encaminhada para uma emergência psiquiátrica, onde permaneceu internada para aguardar uma vaga em um hospital especializado. Iniciou-se o tratamento para a ceratite herpética e foram realizados exames como o hemograma, o exame de gravidez e o teste de tuberculose. Quando surgiu, enfim, uma vaga, Ana Maria foi encaminhada para um hospital de Porto Alegre, contudo, a internação não foi realizada pelo fato de ela estar desacompanhada. Retornou, então, para a emergência psiquiátrica, de onde foi encaminhada a

um albergue pela equipe de acompanhamento após receber alta.

Na noite seguinte, quando a equipe foi até o albergue continuar o acompanhamento, com a intenção de lhe oferecer abrigo em outra instituição, Ana Maria não foi localizada. Foram informados de que uma assembleia interna, entre os profissionais do albergue e as mulheres que utilizavam o serviço, decidiu que ela não poderia permanecer naquele espaço.

Após não poder acessar este albergue, Ana Maria não foi localizada pela equipe de abordagem, no início da noite de uma quinta-feira, e retornou à rua, onde foi encontrada morta, estrangulada, nua, dentro de um container de lixo na manhã do sábado. O inquérito policial sobre a morte de Ana Maria foi arquivado porque apurou que o seu assassino, outra pessoa em situação de rua, fora assassinada dias após comparecer à delegacia especializada e assumir a autoria do crime.

FLESHES DA CONCLUSÃO

Procurei refletir sobre como a população em situação de rua experimenta um processo de morrer que é socialmente diferenciado a partir dos atravessamentos da invisibilidade social entre os processos que compõe a vida e a morte desta categoria social. A partir da noção de que este morrer socialmente diferenciado configura uma obliteração da morte, visualizei que estes atravessamentos da invisibilidade social estão presentes tanto nos processos que estruturam a morte social, através da erosão da cidadania de uma categoria que sequer é contabilizada, quanto na morte biológica, desde uma paisagem formada pelas covas de decomposição rápida numeradas e padronizadas. Esta erosão da cidadania se completa nas covas de decomposição rápida, as covas rasas, que assim foram projetadas para acelerar o tempo da decomposição de um corpo. Em alguma medida, elas são um dispositivo de fazer desaparecer os socialmente invisíveis, que constituem uma incontável massa anônima e ingovernável. Tomemos como síntese a narrativa sobre o “desconhecido”, vítima do massacre da Praça da Sé, que foi sepultado no cemitério de Perus, e hoje sequer consta nos registros do cemitério. De maneira semelhante, Paulo Ricardo e Ana Maria foram processados da mesma maneira, ao contrário de Rodrigo, onde houve mediação com a família biológica.

Chama a atenção esta centralidade dos processos do morrer quando nos detemos ao fenômeno da situação de rua, especialmente no Brasil. Demonstrei que o histórico de fundação do MNPR ocorre justamente a partir da articulação da categoria do luto com uma luta política marcada pelo advento de um massacre. Através dos três assassinatos que registrei ao longo da pesquisa etnográfica, foi possível acompanhar uma narrativa que praticamente reproduziu os simbolismos, moralidades e discursos que remetem ao processo de formação deste movimento social. O breve clarão das *existências-relâmpago* do homem alvejado, do homem espancado e da mulher estrangulada demonstrou que as relações de

poder que compõe a soberania encontram na situação de rua um lócus propício para assentamento em um regime necropolítico, que silenciosa e continuamente faz morrer, como fez a Paulo, deixa morrer, como deixou a Rodrigo, ou expõe à morte, como foi exposta Ana Maria. Este trabalho tentou trazer as “velas da visibilidade”, que foram oferecidas ao Paulinho, de modo a clarificar um processo de morte outro, reservado aos socialmente invisíveis. Aquele que sobretudo é marcado pela obliteração, atravessado pelas clivagens da invisibilidade social ao encontro daquilo que seria o esquecimento social.

Somente foi possível recontar estas histórias a partir da pesquisa etnográfica. Os detalhes mais específicos foram fiéis à consulta realizada aos inquiridos policiais que investigaram estas mortes. Um jovem de 19 anos, integrante de uma facção criminosa de Porto Alegre, confessou ter assassinado Paulo Ricardo porque ele havia recusado uma proposta de integrar um esquema de venda de drogas no ponto em que ele fazia de moradia. Um homem de 36 confessou ter assassinado Ana Maria pela quantia de R\$ 300,00, depois de terem consumido *crack* e feito sexo no interior de uma barraca de lona preta, há dez metros do container onde ela foi encontrada morta. O inquérito policial sobre a morte de Rodrigo permanece em aberto e não foi autorizada a consulta, sob o argumento de não atrapalhar as investigações. A certeza é a de que os agressores de Rodrigo permanecem impunes até hoje.

O homem alvejado, o homem espancado e a mulher estrangulada são metáforas, marcos narrativos que encarnam a experiência de um *devir-negro do mundo*, como descreveu Mbembe (2017; 2018). A partir do entendimento de que existem vidas que podem ser sistematicamente negligenciadas até a morte, que podem ser obrigadas a conviver com uma exposição diferenciada à violência e à morte, como nos sugeriu Butler (2017), se faz perceber a permanência das condições de possibilidades que permitem que a situação de rua mantenha uma intrínseca relação com a morte; daí o seu traço necropolítico.

De massacre em massacre, a cada morte morrida ou matada, em meio às incontáveis tragédias de todos os dias, se faz observar um processo contínuo e silencioso de extermínio da população em situação de rua, que remete ao processo civilizacional do Brasil, profundamente marcado pelas feridas abertas da experiência colonial. A cada Paulo Ricardo, Rodrigo ou Ana Maria, contudo, a cada novo Galdino, Cosme ou Pantera, se repactua também os sentidos de uma militância que luta pela vida; para escapar a dinâmica do “número invisível”, para não serem aniquilados no choque com o poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE NEVES, Marcos Freire de. *Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório*. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. *Presidência da República*. Decreto Presidencial nº 7043, de 23 de dezembro de 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Último acesso em: 15/01/2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. - - Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* / Judith Butler; tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. - 1. Ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo, 2007.

DE LUCCA, Daniel. *Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro*. IN. *Novas faces da vida na rua*. Org. RUI, MARTINEZ, FELTRAN. - São Carlos : EdUFSCar, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 6ª ed, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro, Edições Graal, 16ª ed, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana ; tradução de Eduardo Brandão ; revisão da tradução Claudia Berlinger. - São Paulo : Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana ; tradução de Eduardo Brandão ; revisão da tradução Claudia Berlinger. - São Paulo : Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. – 2ª ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber* / Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel de Barros da Motta; tradução, Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2ª ed. – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2010b.

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas, 2006.

LEMÕES, Tiago. *Das vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. / Mbembe, Achille; tradução Marta Lança; revisão L. Baptista Coelho. 2ª Ed. Lisboa : Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. / Mbembe, Achille; tradução Renata Santini; revisão técnica Cezar Bartholomeu. 3ª Ed. São Paulo : n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Flávia. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro* / Flavia Medeiros. – Niterói : Eduff, 2016

MEDEIROS, Flávia. *O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro*. Revista M, v. 3, n. 5, p. 72-91. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8186>. Acessado em 18 dez. 2020.

MELO, Tomás. *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba, 2011.

MELO, Tomás. *Política dos improváveis: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *Elementos para uma estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

SCHUCH, Patrice. *A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil*. IN. Ciência, identificação e tecnologias de governo / org. Claudia Fonseca e Helena Machado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.